



ADVOGADOS

## Advogados uniram-se e cerraram fileiras contra estatuto

A relação institucional entre a Ordem dos Advogados (OA) e a ministra da Justiça tem estado por um fio por causa do novo estatuto da Ordem, decorrente das novas regras para as profissões reguladas. Paula Teixeira da Cruz apresentou uma proposta que indignou a maioria dos advogados e que levou a bastonária a ameaçar romper relações e a pedir a demissão da ministra.



Paulo Figueiredo  
Elina Fraga é a bastonária da Ordem dos Advogados, que representa cerca de 28 mil profissionais.

A passagem da tutela legal da OA para o ministério é um dos pontos da proposta que levou os advogados a repudiarem o estatuto, bem como a criação de um conselho fiscal para acompanhar as contas da instituição. Elina Fraga, a bastonária, diz que o que está em causa é a liberdade de própria OA e

a independência dos advogados como profissão liberal. Paula Teixeira da Cruz quer ainda a criação de um provedor do cliente e a sua proposta facilita que sociedades multidisciplinares estrangeiras actuem em Portugal, o que é totalmente rejeitado por advogados. I.D.B.

ECONOMISTAS

## Novas especialidades profissionais

Para o bastonário da Ordem dos Economistas, a proposta do Governo "traz várias vantagens". Desde logo, "são consagradas novas especialidades profissionais", ligadas à "evolução do ensino em Portugal", indica Rui Leão Martinho. Além disso, ficará bem definido "aquilo que é o acto típico dos economistas". "Não podíamos permitir que profissionais que estivessem inscritos na Ordem se vissem afastados do exercício de actividade em funções para as quais tinham aptidões certificadas pela Ordem", explica,

indicando que esta posição será "operacionalizada" com o novo estatuto. Outros pontos positivos da proposta de lei, que começa a ser discutida a 16 de Abril, passam pelo fortalecimento da relação entre Ordem e Universidades e pela desburocratização (por exemplo, nas eleições, o voto poderá ser electrónico), nota Rui Leão Martinho. Como pontos negativos, o bastonário da Ordem que representa 14 mil economistas aponta nomeadamente para a morosidade do processo, recordando que este já estava previsto no memorando de entendi-

mento. Além disso, "poderia ter-se evitado alguma regulação excessiva". Rui Leão Martinho dá o exemplo: o estatuto lista os cursos que dão acesso à Ordem mas seria preferível que este processo fosse feito "pelos créditos obrigatórios", já que as universidades e escolas superiores muitas vezes modificam os nomes e até o conteúdo dos cursos, sublinha. O Congresso dos Economistas terá lugar em Julho e ontem, o bastonário foi recebido pelo Presidente da República, convidando-o a estar presente. C.O.S.



Rui Leão Martinho

# Novos estatutos das ordens profissionais não escapam a críticas

**Profissões reguladas** A medida já estava prevista no memorando assinado com a 'troika', mas as alterações aos estatutos só agora começam a ser discutidas no Parlamento.

Cristina Oliveira da Silva  
cristina.silva@economico.pt

Uma das medidas previstas no memorando de entendimento assinado com a 'troika', em 2011, só verá a luz do dia depois dos credores externos terem abandonado o país. O programa de ajustamento começou desde

logo por defender a revisão dos requisitos ligados às profissões reguladas, com a 'troika' a defender a eliminação de restrições injustificadas a estas profissões. Mas só hoje - quatro anos depois no início do programa da 'troika' e quase um ano após o fim do resgate - os deputados começam a discutir a questão.

A lei-quadro das associações públicas profissionais já está publicada desde o início de 2013 e o Governo tinha 90 dias para apresentar à Assembleia da República as propostas de alteração aos estatutos existentes, processo que acabou por se prolongar. Hoje, o debate parlamentar

incide sobre quatro áreas: despachantes oficiais (cuja Câmara será transformada em Ordem), revisores oficiais de contas, técnicos oficiais de contas (que passará a Ordem dos Contabilistas Certificados) e médicos veterinários. Mas, ao todo, são 18 os estatutos a reavaliar, incluindo os Ordens dos economistas,

engenheiros, engenheiros técnicos, arquitectos, biólogos, enfermeiros, médicos, médicos dentistas, notários, solicitadores, advogados, psicólogos, nutricionistas e farmacêuticos. As propostas do Governo não escapam a críticas dos bastonários, mas também há quem aponte vantagens. ■

TOC

## Bastonário quer "ressuscitar" justo impedimento

O bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) revelou ao Económico que é sua intenção "ressuscitar" a criação "do justo impedimento", cuja proposta da classe acabou por cair na redacção final do diploma que altera o estatuto da OTOC, que representa cerca de 62 mil técnicos oficiais de contas. Em causa está um mecanismo que permite às empresas clientes do TOC pagar impostos com base na média dos últimos dois anos, em caso de doença ou maternidade do TOC



por um período de 30 dias. "Vamos apresentar esta proposta a todos os grupos parlamentares. É uma questão fundamental", diz Domingues de Azevedo. Com a aprovação dos novos estatutos a OTOC passará a chamar-se Ordem dos Contabilistas Certificados. No acesso à profissão, passa-se a discriminar as áreas de base que dão acesso à profissão: áreas de economia, fiscalidade, ciência empresarial, gestão ou contabilidade. Domingues de Azevedo dá ainda conta de alterações ao nível da constituição de sociedades profissionais. Até aqui tinham de ser formadas com 100% de TOC, passando agora esta limitação para 51%. Para o bastonário trata-se de uma medida "positiva e que dará maior força e globalidade aos projectos". O bastonário explica que "as profissões têm um carácter de complementaridade e que nada impede que estas sociedades tenham um advogado, psicólogos ou outras profissões em conexão com o projecto global". L.S.

António Domingues de Azevedo

ENGENHEIROS

## Exame de admissão desaparece

Se, até aqui, o acesso à Ordem dos Engenheiros podia depender de um exame de admissão, esta possibilidade deixa de existir com a alteração aos estatutos. "Quando tínhamos dúvidas num diploma, pela natureza da formação que ela própria induzia, remetíamos o candidato para exame", explica o bastonário Carlos Matias Ramos, salientando, porém, que eram "poucos" os candidatos que passavam por este processo. Era uma forma de mostrar "que a Ordem não aceitava de ânimo leve

alguns diplomas que nos eram aqui apresentados", sublinha. Com a proposta de lei que começa a ser discutida na Assembleia da República a 16 de Abril, "essa possibilidade desaparece" e "a avaliação aparece no fim do estágio", continua o bastonário. Esta questão gera, no entanto, um



problema: qual o procedimento a adoptar se o estágio não for bem sucedido, tendo em conta que esta pessoa já é membro da Ordem?, questiona Carlos Matias Ramos. O bastonário espera, por isso, que o Parlamento "melhore" esta proposta e "transforme o estatuto naquilo que seria mais ajustado aos interesses do país". Porém, o responsável também identifica algumas vantagens na proposta do Governo, indicando que "clarifica algumas situações" e admitindo que foram incluídas grande parte das sugestões deixadas pela Ordem que representa mais de 47 mil membros (dos quais cerca de 43 mil são efectivos). C.O.S.